



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>**COMUNICADO**e-mail: geral@ans.pt**ANS**

MILITARES NO "EXÍLIO"

N.º: 16/2005

Data: 15 SET 05

EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR!

Os milhares de militares portugueses, mobilizados pelas suas associações representativas, perante a ameaça de serem "deportados para um qualquer Tarrafal", optaram pelo "exílio voluntário" no seio amigo da Casa do Alentejo.

Isto sucedeu em Portugal, 31 anos após nós, os militares, termos devolvido a liberdade e a democracia ao Povo Português e permitido que fossem eleitos aqueles que hoje nos proíbem o direito de cidadania de manifestação.

Tal como é apanágio dos cidadãos militares, e está de acordo com a Condição Militar e o Juramento que fizemos perante a Bandeira Nacional, cumprimos escrupulosamente a decisão do tribunal e nada fizemos que pudesse de algum modo ser considerado pressão sobre aquele Órgão de Estado, com estatuto independente.

Aguardámos até ao último momento com a mobilização convocada para, podermos respeitar a decisão do tribunal, fosse ela qual fosse, nomeadamente positiva, como consideramos que deveria, e poderia muito bem ter sido.

Nesta situação, recebemos fortes pressões de vários sectores para desconvocarmos a manifestação ainda antes do tribunal decidir. Resistimos a todas pressões. Desconvocar antes da decisão tomada seria o equivalente a desertarmos das fileiras em pleno combate, que seria visto por todo o País como um acto de inaceitável cobardia dos seus militares. Para nós militares, a cobardia é inaceitável e é crime, portanto essa é uma via que nunca poderão esperar de nós.

Mas perante a dificuldade real, colocada pela senhora Governadora Civil de Lisboa, havia que fazer apelo a todos os nossos conhecimentos militares, traçar um plano alternativo que, cumprindo a Lei, pudesse, ainda assim, dar expressão ao grande descontentamento que grassa no seio das Forças Armadas.

O nosso Povo, os nossos Chefes e Comandantes militares, S. E.xa o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, têm hoje uma prova cabal da elevação, do civismo, da capacidade de liderança, de organização e planeamento, bem como de tranquilidade, firmeza e serenidade em momentos de crise. O poder político criou uma enorme tensão, desnecessária, que, não fossem as capacidades enunciadas, poderia ter degenerado em conflitos, cuja responsabilidade e o respectivo ónus teria de lhe ser imputado.

Apesar dos milhares de militares que compareceram à chamada das associações, nenhuma missão deixou de ser cumprida, ninguém desobedeceu a nenhuma ordem, não foi criada qualquer clivagem no seio das Forças Armadas e, hoje, no dia a seguir, a Terra continuou a rodar em torno do Sol, as gaiotas permaneceram indiferentes junto ao mar procurando alimentação, os navios continuaram a navegar, os aviões a voar, o exército em missão, os fuzileiros em missão, partiu mais uma companhia destacada (em missão) para o estrangeiro, os compromissos internacionais em curso mantiveram-se.

Tudo continuou como se nada tivesse acontecido. Logo constata-se que, de facto, o exercício dos direitos de cidadania pode ser exercido, mesmo em momentos de grande tensão, sem que a disciplina, a coesão e a operacionalidade sejam minimamente afectados. E não poderia ser de outro modo!

A operacionalidade das Forças Armadas no cumprimento das missões que nos são incumbidas é o fruto e produto do nosso trabalho e consegue-se com disciplina, rigor e coesão. Como profissionais briosos que somos, ciosos do trabalho que em respeito ao nosso Povo, deve ser de grande qualidade e eficiência, nunca poderíamos colocar a operacionalidade em causa.

Ficou também provado que é mérito das associações profissionais de militares a discussão nacional de dois problemas de Estado normalmente arredados do debate público: as Forças Armadas e a sua missão; e, ainda menos debatido, a Condição Militar e o papel dos militares na sociedade.

Revela-se que as associações profissionais de militares estão a dar um contributo poderoso na defesa da dignidade da Instituição Militar, na reabilitação da imagem das Forças Armadas e dos seus militares, cidadãos em uniforme.

As associações profissionais de militares, se os seus Chefes assim o entenderem e diligenciarem nesse sentido, poderão vir a agir coordenadamente com eles e serem um poderoso instrumento de afirmação da Instituição Militar na sociedade e junto do poder político.

Uma questão que hoje nos colocam é onde e quando parar. O que respondemos é que, por nós, Sargentos de Portugal, os objectivos colocados no início de Junho e expressos no nosso parecer ao senhor Ministro da Defesa Nacional, mantêm-se intactos e possíveis de alcançar.

Mas para que tal aconteça, é preciso também haver sinais concretos da parte do Governo, nomeadamente do senhor Primeiro Ministro, de vontade de resolver os problemas que colocámos no nosso Memorando e apresentado ao MDN na audiência de 14 de Junho, e do qual ainda não obtivemos qualquer resposta.

Um bom sinal de interesse em o Governo reconduzir o conflito para uma via construtiva é parar com os inquéritos em curso, que discriminam camaradas, em igualdade de circunstâncias na solidariedade prestada aos dirigentes associativos em vigília. Não o fazer é manter uma fonte de pressão e de conflito numa sede onde os problemas de carreira e de cumprimento da Lei não podem ser resolvidos e, isso sim, cria instabilidade, potencia a descredibilização da cadeia de comando, afecta a coesão e potencia a quebra da disciplina.

Por fim uma palavra para exprimir o profundo significado das lágrimas que correram pelos olhos de todos nós no fim de cantarmos o Hino Nacional. Foi um momento de grande emotividade, onde as lágrimas para muitos de nós representaram e exprimiram a profunda indignação pela ofensa de termos sido remetidos para um espaço privado sem condições para acomodar todos os milhares que lá fomos, apesar das ameaças expressas em mensagens dos ramos e despachos conjuntos.

Foram lágrimas de ofendido, mas também de quem readquiriu a auto estima e a confiança de que em Portugal, ainda é possível que Abril se cumpra!

Para que a Justiça e a Razão prevaleçam, lutemos!

Lisboa, 15 de Setembro de 2005

A Direcção

O associativismo só se constrói com a participação de todos!

INSCREVE-TE, PARTICIPA E TRAZ UM AMIGO!